

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	10
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	11

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	56
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	57
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	58
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	53.096.770
Preferenciais	0
Total	53.096.770
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	15/06/2020	Dividendo		Ordinária		0,00061
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	15/06/2020	Dividendo		Ordinária		0,00369
Assembleia Geral Extraordinária	31/12/2019	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,00066

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	4.713.358	4.073.042
1.01	Ativo Circulante	1.915.324	1.324.782
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	779.511	237.019
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	100.105
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	100.105
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	0	100.105
1.01.03	Contas a Receber	662.676	766.152
1.01.03.01	Clientes	662.676	766.152
1.01.04	Estoques	4.458	3.918
1.01.06	Tributos a Recuperar	60.717	26.143
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	60.717	26.143
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	31.187	1.300
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	29.530	24.843
1.01.07	Despesas Antecipadas	12.490	11.378
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	395.472	180.067
1.01.08.03	Outros	395.472	180.067
1.01.08.03.01	Outros Ativos	75.540	81.465
1.01.08.03.02	Derivativos	209.204	54.291
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro Setorial	110.728	44.311
1.02	Ativo Não Circulante	2.798.034	2.748.260
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.894.400	1.829.871
1.02.01.04	Contas a Receber	18.639	20.840
1.02.01.04.01	Clientes	18.639	20.840
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	82.240
1.02.01.07.02	Créditos Fiscais Diferidos	0	82.240
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	431	770
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.875.330	1.726.021
1.02.01.10.03	Derivativos	170.213	86.166
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	201.378	199.932
1.02.01.10.05	Outros tributos a compensar	23.434	24.319
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro da Concessão	1.479.627	1.414.926
1.02.01.10.07	Outros Ativos	678	678
1.02.04	Intangível	903.634	918.389
1.02.04.01	Intangíveis	903.634	918.389
1.02.04.01.02	Ativo Contratual	115.139	108.202
1.02.04.01.03	Intangível	788.495	810.187

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	4.713.358	4.073.042
2.01	Passivo Circulante	1.989.849	1.383.460
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.869	16.507
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	20.869	16.507
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	20.869	16.507
2.01.02	Fornecedores	489.050	559.469
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	489.050	559.469
2.01.03	Obrigações Fiscais	189.122	150.224
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	98.544	37.430
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	1.567
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social PIS	16.367	4.321
2.01.03.01.03	Contrib p/Financ da Seguridade Social	75.706	19.993
2.01.03.01.04	Outras Obrigações Federais	6.471	5.328
2.01.03.01.05	IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio	0	6.221
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	90.254	112.216
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	90.254	112.216
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	324	578
2.01.03.03.01	Outras Obrigações Municipais	324	578
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	825.999	387.613
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	654.219	334.332
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	65.469	59.014
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	588.750	275.318
2.01.04.02	Debêntures	171.780	53.281
2.01.04.02.01	Debêntures	171.780	53.281
2.01.05	Outras Obrigações	464.809	269.647
2.01.05.02	Outros	464.809	269.647
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	263.483	67.426
2.01.05.02.04	Derivativos	0	1.912
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	170.580	134.428
2.01.05.02.08	Taxas Regulamentares	369	36.278
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência Privada	30.377	29.603
2.02	Passivo Não Circulante	2.079.432	2.125.558
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.472.599	1.392.506
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	854.090	603.613
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	361.510	265.100
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	492.580	338.513
2.02.01.02	Debêntures	618.509	788.893
2.02.01.02.01	Debêntures	618.509	788.893
2.02.02	Outras Obrigações	401.730	522.255
2.02.02.02	Outros	401.730	522.255
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência Privada	286.376	391.044
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro Setorial	58.150	98.519
2.02.02.02.07	Debitos fiscais diferidos	42.123	0
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	15.081	32.692
2.02.03	Tributos Diferidos	157.496	156.198
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	157.496	156.198

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.02.04	Provisões	47.607	54.599
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	47.607	54.599
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	3.155	2.720
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	26.017	31.846
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	15.146	16.800
2.02.04.01.05	Outros	3.289	3.233
2.03	Patrimônio Líquido	644.077	564.024
2.03.01	Capital Social Realizado	253.909	249.321
2.03.02	Reservas de Capital	42.141	46.729
2.03.04	Reservas de Lucros	384.563	580.620
2.03.04.01	Reserva Legal	28.067	28.067
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	196.057
2.03.04.11	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	356.496	356.496
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	178.545	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-215.081	-312.646

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	966.775	2.060.159	1.017.361	2.114.980
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-819.510	-1.691.667	-843.789	-1.748.523
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-695.408	-1.433.697	-696.875	-1.457.217
3.02.02	Custo com Operação - Amortização	-24.605	-49.323	-24.004	-47.754
3.02.03	Custo com Operação - Outros	-48.311	-100.899	-53.296	-101.775
3.02.04	Custo com Serviço Prestado a Terceiros	-51.186	-107.748	-69.614	-141.777
3.03	Resultado Bruto	147.265	368.492	173.572	366.457
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-72.195	-136.925	-80.184	-156.918
3.04.01	Despesas com Vendas	-37.451	-69.379	-41.692	-84.541
3.04.01.01	Amortização	-144	-299	-148	-303
3.04.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-17.608	-28.738	-19.540	-40.696
3.04.01.03	Outras Despesas com Vendas	-19.699	-40.342	-22.004	-43.542
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-31.466	-60.271	-31.058	-59.502
3.04.02.01	Amortização	-4.803	-8.455	-2.930	-5.933
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-26.663	-51.816	-28.128	-53.569
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.278	-7.275	-7.434	-12.875
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	75.070	231.567	93.388	209.539
3.06	Resultado Financeiro	67	46.620	-12.649	-22.598
3.06.01	Receitas Financeiras	18.242	91.380	24.325	51.625
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.175	-44.760	-36.974	-74.223
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	75.137	278.187	80.739	186.941
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-27.747	-99.642	-29.391	-68.102
3.08.01	Corrente	-400	-485	-31.027	-97.007
3.08.02	Diferido	-27.347	-99.157	1.636	28.905
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	47.390	178.545	51.348	118.839
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	47.390	178.545	51.348	118.839
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
3.99.01.01	ON	0,00089	0,00336	0,00097	0,00224

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	47.390	178.545	51.348	118.839
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.925	97.565	-1.079	545
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais, líquido dos efeitos tributários	0	84.126	0	0
4.02.02	Risco de Crédito na Marcação a Mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-1.925	13.439	-1.079	545
4.03	Resultado Abrangente do Período	45.465	276.110	50.269	119.384

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	193.328	501.609
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	368.039	342.034
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	278.187	186.942
6.01.01.02	Amortização	58.077	53.990
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	5.460	7.088
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	-26.656	29.677
6.01.01.05	Despesa (Receita) com Entidade de Previdência Privada	17.709	11.356
6.01.01.06	Perda (Ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	6.524	12.285
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	28.738	40.696
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-174.711	159.575
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	76.885	-56.194
6.01.02.02	Tributos a Compensar	-3.682	-1.547
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	410	159
6.01.02.04	Contas a Receber - CDE	14.075	-5.435
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	-60.615	166.787
6.01.02.08	Outros Ativos Operacionais	-31.317	27.893
6.01.02.09	Fornecedores	-70.419	114.631
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-31.662	-86.308
6.01.02.11	Outros Tributos e Contribuições Sociais	40.064	12.747
6.01.02.12	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-19.193	-15.176
6.01.02.13	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-38.580	-53.755
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	-35.909	5.222
6.01.02.15	Processos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-13.613	-19.556
6.01.02.17	Passivo Financeiro Setorial	-44.663	57.566
6.01.02.18	Contas a Pagar CDE	9.244	-6.183
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	34.264	18.724
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.530	-122.184
6.02.02	Adições de Ativo Contratual	-98.368	-127.609
6.02.06	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados (resgates)	100.898	5.425
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	346.634	-143.199
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	544.618	393.483
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-269.885	-644.407
6.03.06	Liquidação de Operações com Derivativos	71.901	107.725
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	542.492	236.226
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	237.019	91.770
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	779.511	327.996

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	249.321	46.729	580.620	0	-312.646	564.024
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	249.321	46.729	580.620	0	-312.646	564.024
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-196.057	0	0	-196.057
5.04.08	Aprovação da Proposta de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio	0	0	-196.057	0	0	-196.057
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	178.545	97.565	276.110
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	178.545	0	178.545
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	97.565	97.565
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido de efeitos tributários	0	0	0	0	13.440	13.440
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	0	84.125	84.125
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	4.588	-4.588	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital	4.588	-4.588	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	253.909	42.141	384.563	178.545	-215.081	644.077

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.144	55.905	372.634	0	-152.448	516.235
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.144	55.905	372.634	0	-152.448	516.235
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	118.839	545	119.384
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	118.839	0	118.839
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	545	545
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	0	0	0	0	545	545
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	9.176	-9.176	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital	9.176	-9.176	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	249.320	46.729	372.634	118.839	-151.903	635.619

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	3.211.390	3.453.841
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.132.649	3.352.978
7.01.02	Outras Receitas	107.479	141.559
7.01.02.01	Receita Relativa à Construção da Infraestrutura de Concessão	107.479	141.559
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-28.738	-40.696
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.826.069	-1.886.373
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.603.850	-1.613.772
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-174.186	-217.905
7.02.04	Outros	-48.033	-54.696
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.385.321	1.567.468
7.04	Retenções	-58.203	-54.129
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-58.203	-54.129
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.327.118	1.513.339
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	93.717	54.705
7.06.02	Receitas Financeiras	93.717	54.705
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.420.835	1.568.044
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.420.835	1.568.044
7.08.01	Pessoal	88.550	82.315
7.08.01.01	Remuneração Direta	41.746	40.587
7.08.01.02	Benefícios	42.924	37.783
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.880	3.945
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.106.238	1.288.475
7.08.02.01	Federais	600.312	677.244
7.08.02.02	Estaduais	504.476	609.848
7.08.02.03	Municipais	1.450	1.383
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	47.502	78.415
7.08.03.01	Juros	45.596	75.876
7.08.03.02	Aluguéis	1.906	2.539
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	178.545	118.839
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	178.545	118.839

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Piratininga

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	2º Trimestre			1º Semestre		
	2020	2019	Variação	2020	2019	Variação
Receita operacional bruta	1.537.028	1.702.178	-9,7%	3.240.128	3.494.537	-7,3%
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.027.340	1.313.472	-21,8%	2.257.594	2.794.525	-19,2%
Suprimento de energia elétrica	77.302	90.061	-14,2%	209.151	270.699	-22,7%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	51.081	69.515	-26,5%	107.478	141.559	-24,1%
Outras receitas operacionais	253.701	263.925	-3,9%	560.625	512.106	9,5%
Ativo e passivo financeiro setorial	127.603	(34.795)	-466,7%	105.279	(224.353)	-146,9%
Deduções da receita operacional	(570.253)	(684.817)	-16,7%	(1.179.969)	(1.379.556)	-14,5%
Receita operacional líquida	966.775	1.017.361	-5,0%	2.060.159	2.114.980	-2,6%
Custo com energia elétrica	(695.408)	(696.875)	-0,2%	(1.433.697)	(1.457.217)	-1,6%
Energia comprada para revenda	(614.732)	(583.039)	5,4%	(1.242.722)	(1.252.078)	-0,7%
Encargo de uso do sist transm distrib	(80.676)	(113.837)	-29,1%	(190.976)	(205.139)	-6,9%
Custo e despesa operacional	(196.297)	(227.098)	-13,6%	(394.894)	(448.225)	-11,9%
Pessoal	(38.355)	(40.695)	-5,8%	(75.359)	(75.138)	0,3%
Entidade de previdência privada	(8.015)	(5.678)	41,2%	(17.709)	(11.356)	55,9%
Material	(5.391)	(6.346)	-15,0%	(11.225)	(12.753)	-12,0%
Serviço de terceiros	(32.156)	(38.409)	-16,3%	(67.816)	(76.006)	-10,8%
Amortização	(29.552)	(27.082)	9,1%	(58.077)	(53.990)	7,6%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(51.081)	(69.515)	-26,5%	(107.478)	(141.559)	-24,1%
Outros	(31.747)	(39.376)	-19,4%	(57.232)	(77.424)	-26,1%
Resultado do serviço	75.070	93.388	-19,6%	231.567	209.539	10,5%
Resultado financeiro	67	(12.649)	-100,5%	46.620	(22.597)	-306,3%
Receitas financeiras	18.242	24.325	-25,0%	91.380	51.626	77,0%
Despesas financeiras	(18.175)	(36.974)	-50,8%	(44.760)	(74.223)	-39,7%
Resultado antes dos tributos	75.137	80.739	-6,9%	278.187	186.942	48,8%
Contribuição social	(7.606)	(8.044)	-5,4%	(26.602)	(18.459)	44,1%
Imposto de renda	(20.140)	(21.347)	-5,7%	(73.041)	(49.643)	47,1%
Resultado Líquido do Período	47.390	51.348	-7,7%	178.545	118.839	50,2%
EBITDA	104.622	120.470	-13,2%	289.644	263.529	9,9%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 25)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 2º trimestre de 2020 foi de R\$ 1.537.028, apresentando redução de 9,7% (R\$ 165.150) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção de infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.485.947, apresentando uma redução de 9,0% (R\$ 146.716) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** redução de 21,8% (R\$ 286.132) principalmente pela (i) redução de 12,5% (R\$ 164.751) na tarifa média, decorrente principalmente da Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) negativa de 7,80% (percepção do consumidor) e (ii) redução de 10,6% (R\$ 121.381) no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada), impactada principalmente pelos efeitos das medidas restritivas adotadas pelas autoridades para contenção da pandemia do coronavírus (COVID-19);
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 14,2% (R\$ 12.759) principalmente pela (i) redução de venda de energia no MVE (Mecanismo de Venda de Excedente de energia elétrica) (R\$ 51.808), compensado parcialmente por (ii) aumento na venda de energia comercializada no curto prazo (R\$ 37.446) em decorrência do aumento no volume de energia comercializado, compensado pela redução na tarifa média em função da redução no preço de liquidação de diferenças (“PLD”);
- iii. **Outras receitas operacionais:** redução de 3,9% (R\$ 10.224) basicamente: (i) redução na atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 27.018) decorrente da variação do indexador (IPCA), compensado parcialmente pelos aumentos em: (ii) receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD (R\$ 8.568) em função

Comentário do Desempenho

principalmente da RTP de outubro de 2019, (iii) subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético "CDE" e subvenção Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias "CCRBT" (R\$ 5.952) e (iv) arrendamentos e aluguéis (R\$ 2.150);

- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** aumento de receita de 466,7% (R\$ 162.398), principalmente: (i) diferimento de repasse de Itaipu, sobrecontratação, CDE e neutralidade (R\$ 179.487), (ii) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 69.990) compensado parcialmente por (iii) redução nos diferimentos de ESS/EER, risco hidrológico-custo de energia, Proinfra, rede básica, custo de energia, acordo bilateral e risco hidrológico Itaipu (R\$ 88.966).

➤ Quantidade de energia vendida

No 2º trimestre de 2020, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, apresentou redução de 10,9% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior. O fraco desempenho no 2º trimestre, especialmente nas classes comercial, industrial e poder público, é reflexo da crise sanitária mundial causada pela pandemia do coronavírus (COVID-19). As medidas de isolamento social para enfrentamento da pandemia levaram ao fechamento de comércios e de prédios públicos, além da redução da produção industrial. Com isso, houve um impacto significativo sobre o consumo de energia elétrica no período.

O consumo da classe residencial representa 56,4% do mercado total da distribuidora e registrou aumento de 1,2% no 2º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento reflete o efeito do incremento da quantidade de unidades consumidoras.

A classe comercial, que representa 20,1% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou redução de 21,7% no 2º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe industrial, que representa 9,8% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou redução de 33,6% no 2º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público, concessionárias e permissionárias) participam com 13,7% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram redução de 14,9% no 2º trimestre de 2020 devido a resultados negativos nas classes poder público (redução de 28,7%) e serviço público (redução de 33,5% devido à migração de clientes para o mercado livre).

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve redução de 9,2% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta aumento na classe residencial de 1,2% e redução na classe comercial de 17,1% e na classe industrial de 13,4%. As demais classes de consumo apresentaram desempenho negativo de 4,3%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 2º trimestre de 2020 foram de R\$ 570.253, apresentando uma redução de 16,7% (R\$ 114.564) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, devido principalmente: (i) ICMS, PIS e COFINS (R\$ 66.099) em função da redução na base de cálculo e (ii) CDE (R\$ 43.119).

Custo com energia elétrica

No 2º trimestre de 2020 o custo com energia elétrica foi de R\$ 695.408, apresentando uma redução de 0,2% (R\$ 1.467), em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A variação é explicada:

Comentário do Desempenho

- i. **Energia comprada para revenda:** aumento de 5,4% (R\$ 31.693) basicamente em função: (i) aumento de 6,5% (R\$ 41.296) no preço médio, principalmente na energia de Itaipu em função do aumento do dólar no 2º trimestre de 2020 e aumento na tarifa a partir de jan/20, (ii) aumento de 0,4% (R\$ 2.958) no volume de energia comprada, compensado parcialmente por (iii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 13.807).
- ii. **Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição:** redução de 29,1% (R\$ 33.161) impactado principalmente pelo: (i) encargos de serviço do sistema líquido do repasse da CONER (R\$ 42.532) principalmente em função do registro no 2º trimestre de 2020 de recurso financeiro do fundo de reserva para minimizar os impactos da pandemia do coronavírus (COVID-19) Despacho ANEEL 986/2020 R\$ 38,4 MM via CCEE, compensado parcialmente por (ii) encargo de energia de reserva (R\$ 3.882), (iii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 3.380) e (iv) encargos de rede básica (R\$ 1.959).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 196.297 no 2º trimestre de 2020, apresentando uma redução de 13,6% (R\$ 30.801) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 145.216, apresentando redução de 7,8% (R\$ 12.367).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 115.664 no 2º trimestre de 2020, uma redução de 11,4% (R\$ 14.840) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Serviços de terceiros:** redução de 16,3% (R\$ 6.253) principalmente: (i) serviços terceirizados (R\$ 2.640), (ii) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 1.734) e (iii) reaviso, corte e religação (R\$ 1.214) principalmente em função da redução da execução de serviços em 2020 refletida pela pandemia do coronavírus (COVID-19);
- ii. **Outros:** redução de 19,4% (R\$ 7.629) principalmente em: (i) perda/ganho na alienação, desativação e outros de ativo não circulante (R\$ 4.249), (ii) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 1.932) e (iii) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 802).

Amortização:

A amortização no 2º trimestre de 2020 foi de R\$ 29.552, apresentando um aumento de 9,1% (R\$ 2.470) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior principalmente pelas adições na base de ativos ocorridas no período.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido no 2º trimestre de 2020 apresentou uma receita de R\$ 67, um aumento de receita líquida de 100,5% (R\$ 12.716) em relação a despesa apresentada no mesmo trimestre do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** redução de 25,0% (R\$ 6.083) principalmente em (i) ajuste ao valor justo (R\$ 4.165), (ii) multa, juros e atualização monetária cobrados sobre faturas de energia em atraso (R\$ 3.475), compensado parcialmente por (iii) rendas de aplicações financeiras (R\$ 2.147);

Comentário do Desempenho

- **Despesas financeiras:** redução de 50,8% (R\$ 18.799) principalmente em (i) encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 16.153), (ii) atualização da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (R\$ 3.437), compensado parcialmente por (iii) negociação/parcelamento de débitos e atualização de débitos fiscais (R\$ 1.028).

Contribuição social e imposto de renda

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurada no 2º trimestre de 2020 foi de R\$ 27.746, apresentando redução de 5,6% (R\$ 1.645) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a variação no resultado antes dos tributos.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou no 2º trimestre de 2020 um lucro líquido de R\$ 47.390, com redução de 7,7% (R\$ 3.958), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 2º trimestre de 2020 foi de R\$ 104.622, apresentando redução de 13,2% (R\$ 15.848) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	779.511	237.019
Títulos e valores mobiliários	6	-	100.105
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	662.676	766.152
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	31.187	1.300
Outros tributos a compensar	8	29.530	24.843
Derivativos	31	209.204	54.291
Ativo financeiro setorial	9	110.728	44.311
Estoques		4.458	3.918
Outros ativos	12	88.030	92.844
Total do circulante		1.915.324	1.324.782
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	18.639	20.840
Depósitos judiciais	21	201.378	199.932
Outros tributos a compensar	8	23.434	24.319
Derivativos	31	170.213	86.166
Créditos fiscais diferidos	10	-	82.240
Ativo financeiro da concessão	11	1.479.627	1.414.926
Outros ativos	12	1.109	1.448
Ativo contratual	13	115.139	108.202
Intangível	14	788.495	810.187
Total do não circulante		2.798.033	2.748.260
Total do ativo		4.713.358	4.073.042

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores	15	489.050	559.469
Empréstimos e financiamentos	16	654.219	334.332
Debêntures	17	171.780	53.281
Entidade de previdência privada	18	30.377	29.603
Taxas regulamentares	19	369	36.278
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	-	1.567
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	189.122	148.657
Dividendo e juros sobre capital próprio	23	263.483	67.426
Obrigações estimadas com pessoal		20.869	16.507
Derivativos	31	-	1.912
Outras contas a pagar	22	170.581	134.427
Total do circulante		1.989.849	1.383.459
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	854.090	603.613
Debêntures	17	618.509	788.893
Entidade de previdência privada	18	286.376	391.044
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	157.496	156.198
Débitos fiscais diferidos	10	42.123	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	47.607	54.598
Passivo financeiro setorial	9	58.150	98.519
Outras contas a pagar	22	15.080	32.692
Total do não circulante		2.079.431	2.125.558
Patrimônio líquido			
	23		
Capital social		253.909	249.321
Reserva de capital		42.141	46.729
Reserva legal		28.067	28.067
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		356.496	356.496
Dividendo		-	196.057
Resultado abrangente acumulado		(215.080)	(312.646)
Lucros acumulados		178.545	-
Total do patrimônio líquido		644.077	564.024
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.713.358	4.073.042

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2020		2019	
		2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receita operacional líquida	25	966.775	2.060.159	1.017.361	2.114.980
Custo com serviços					
Custo com energia elétrica	26	(695.408)	(1.433.697)	(696.875)	(1.457.217)
Custo com operação		(72.916)	(150.222)	(77.300)	(149.529)
Amortização		(24.605)	(49.323)	(24.004)	(47.754)
Outros custos com operação	27	(48.311)	(100.899)	(53.296)	(101.775)
Custo com serviço prestado a terceiros	27	(51.186)	(107.748)	(69.614)	(141.777)
Lucro operacional bruto		147.265	368.492	173.572	366.457
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(37.451)	(69.379)	(41.692)	(84.541)
Amortização		(144)	(299)	(148)	(303)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(17.608)	(28.738)	(19.540)	(40.696)
Outras despesas com vendas	27	(19.699)	(40.342)	(22.004)	(43.542)
Despesas gerais e administrativas		(31.466)	(60.271)	(31.058)	(59.502)
Amortização		(4.803)	(8.455)	(2.930)	(5.933)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(26.663)	(51.816)	(28.128)	(53.569)
Outras despesas operacionais	27	(3.278)	(7.274)	(7.434)	(12.876)
Outras despesas operacionais		(3.278)	(7.274)	(7.434)	(12.876)
Resultado do serviço		75.070	231.567	93.388	209.539
Resultado financeiro	28				
Receitas financeiras		18.242	91.380	24.325	51.626
Despesas financeiras		(18.175)	(44.760)	(36.974)	(74.223)
		67	46.620	(12.649)	(22.597)
Lucro antes dos tributos		75.137	278.187	80.739	186.942
Contribuição social	10	(7.606)	(26.602)	(8.044)	(18.459)
Imposto de renda	10	(20.140)	(73.041)	(21.347)	(49.643)
		(27.746)	(99.643)	(29.391)	(68.103)
Lucro líquido do período		47.390	178.545	51.348	118.839
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		0,89	3,36	0,97	2,24

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais)

	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro líquido do período	47.390	178.545	51.348	118.839
Outros resultados abrangentes	(1.925)	97.565	(1.079)	545
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	84.126	-	-
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(1.925)	13.439	(1.079)	545
Resultado abrangente do período	45.465	276.110	50.269	119.384

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2020
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros		Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
				Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	249.321	46.729	28.067	356.496	196.057	(312.646)	-	564.024
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	178.545	178.545
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	84.126	-	84.126
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	13.439	-	13.439
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-	-	-
Transações de capital com os acionistas								
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(196.057)	-	-	(196.057)
Saldos em 30 de junho de 2020	<u>253.909</u>	<u>42.141</u>	<u>28.067</u>	<u>356.496</u>	<u>-</u>	<u>(215.080)</u>	<u>178.545</u>	<u>644.077</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2019
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros		Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
				Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	240.144	55.905	16.138	356.496	(152.449)	-	-	516.235
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	118.839	118.839
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	545	-	-	545
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital	9.176	(9.176)	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2019	<u>249.321</u>	<u>46.729</u>	<u>16.138</u>	<u>356.496</u>	<u>(151.904)</u>	<u>-</u>	<u>118.839</u>	<u>635.619</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro antes dos tributos	278.187	186.942
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	58.077	53.990
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	5.460	7.088
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.738	40.696
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(26.656)	29.677
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	17.709	11.356
Perda (ganho) na baixa de não circulante	6.524	12.285
	368.039	342.034
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	76.885	(56.194)
Tributos a compensar	(3.682)	(1.547)
Depósitos judiciais	410	159
Ativo financeiro setorial	(60.615)	166.787
Contas a receber - CDE	14.075	(5.435)
Outros ativos operacionais	(31.317)	27.893
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(70.419)	114.631
Outros tributos e contribuições sociais	40.064	12.747
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(19.193)	(15.176)
Taxas regulamentares	(35.909)	5.222
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(13.613)	(19.556)
Passivo financeiro setorial	(44.663)	57.566
Contas a pagar - CDE	9.244	(6.183)
Outros passivos operacionais	34.264	18.724
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	263.570	641.672
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(38.580)	(53.755)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(31.662)	(86.308)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	193.328	501.609
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	100.898	5.425
Adições de ativo contratual	(98.368)	(127.609)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	2.530	(122.184)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	544.618	393.483
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(269.885)	(644.407)
Liquidação de operações com derivativos	71.901	107.725
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	346.634	(143.199)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	542.492	236.226
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	237.019	91.770
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	779.511	327.996

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019**

(Em milhares de Reais)

	1º Semestre 2020	1º Semestre 2019
1 - Receita	3.211.390	3.453.841
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.132.649	3.352.978
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	107.478	141.559
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(28.738)	(40.696)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.826.069)	(1.886.372)
2.1 Custo com energia elétrica	(1.603.850)	(1.613.772)
2.2 Material	(74.740)	(89.912)
2.3 Serviços de terceiros	(99.446)	(127.993)
2.4 Outros	(48.033)	(54.696)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.385.321	1.567.469
4 - Retenções	(58.203)	(54.129)
4.1 Amortização	(58.203)	(54.129)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.327.118	1.513.340
6 - Valor adicionado recebido em transferência	93.717	54.705
6.1 Receitas financeiras	93.717	54.705
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.420.835	1.568.044
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	88.550	82.315
8.1.1 Remuneração direta	41.746	40.587
8.1.2 Benefícios	42.924	37.783
8.1.3 F.G.T.S	3.880	3.945
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.106.239	1.288.475
8.2.1 Federais	600.312	677.244
8.2.2 Estaduais	504.476	609.848
8.2.3 Municipais	1.450	1.383
8.3 Remuneração de capital de terceiros	47.502	78.415
8.3.1 Juros	45.596	75.876
8.3.2 Aluguéis	1.905	2.539
8.4 Remuneração de capital próprio	178.545	118.839
8.4.1 Lucros retidos	178.545	118.839
	1.420.835	1.568.044

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,8 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

1.1 Capital Circulante Líquido Negativo: d

Em 30 de junho de 2020, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 74.525. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

1.2 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constantes estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de *home office*, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;

Notas Explicativas

- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. A expectativa inicial da Administração é que tais renegociações sejam direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão inicial por 90 dias, contados a partir de 25 de março de 2020, e da sua prorrogação até 31 de julho de 2020, dos cortes por inadimplência para determinados consumidores (residenciais e serviços considerados essenciais, conforme regra específica estabelecida pela ANEEL). A expectativa da Administração é que a maior parte deste impacto seja temporal, até que a política de cortes seja reestabelecida e/ou novas eventuais ações de subsídios governamentais sejam implementadas.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL adotaram algumas medidas durante o período:

- Isenção aos consumidores de baixa renda com consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020.
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de Covid 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

A Conta COVID destina-se a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, referentes: i) aos efeitos da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020; ii) à constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA entre a data de homologação do último processo tarifário e dezembro de 2020; iii) à neutralidade dos encargos setoriais de abril a dezembro de 2020; iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data, enquanto perdurarem os efeitos da postergação; v) saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e vi) antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”.

A disponibilidade de tais recursos (exceto para o item “iv” apresentado acima) é limitada aos efeitos da pandemia estimados pela ANEEL para cada distribuidora, sendo: i) redução de faturamento e de arrecadação, até dezembro de 2020, decorrentes dos efeitos do estado de calamidade pública; e ii) valores estimados de diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A.

A CCEE contratará operação de crédito para aportar recursos à Conta COVID e posteriormente repassar às distribuidoras até janeiro de 2021, conforme a necessidade declarada por elas individualmente, limitada aos valores a serem homologados pela ANEEL. O pagamento dos recursos provenientes da operação de crédito se dará por meio de encargo, denominado CDE COVID, a ser homologado pela ANEEL e cobrado dos consumidores a partir dos processos tarifários de 2021 durante o tempo necessário para quitação da referida operação.

Em julho de 2020 a Companhia declarou sua necessidade por meio de protocolo digital juntamente com o Termo de Aceitação constante do Anexo I da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, considerando os itens “i” a “iii” citados acima em valor máximo equivalente à soma das reduções de faturamento e de arrecadação decorrente dos efeitos da calamidade pública, até dezembro de 2020, estimados pela ANEEL e constantes do Anexo II da mesma Resolução. Tais valores foram homologados pela ANEEL, conforme nota 33 - Fatos Relevantes e Eventos Subsequentes e serão repassados à Companhia pela CCEE após a contratação da operação junto às instituições financeiras, no prazo máximo de até janeiro de 2021.

Notas Explicativas

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o semestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia concluiu que os principais efeitos nas suas informações contábeis intermediárias estão na Parcela A, na Parcela B e PDD.

O efeito financeiro e econômico para Companhia ao longo do exercício de 2020 dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID 19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas, destacando ainda que nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, após Consulta Pública a ser instaurada em até sessenta dias da data de publicação da referida norma regulará referida recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica.

Considerando os impactos relacionados à queda da receita em função da retração do mercado consumidor e à redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência, a serem percebidos ao menos entre abril e dezembro de 2020, a Companhia permanece avaliando a forma de eventual pleito de recomposição para tais impactos, bem como acompanha, em paralelo, as discussões sobre a definição dessa regulação específica a ser estabelecida pela ANEEL após a citada Consulta Pública. Os eventuais impactos serão mensurados conforme o andamento da consulta pública e concluídos após a definição da metodologia pela ANEEL.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 11 de agosto de 2020.

Notas Explicativas

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Débitos e créditos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos em função de disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 31);
- Nota 12 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 13 – Ativo contratual: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 14 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 18 – Entidade de previdência privada: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos;
- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota 31 – Instrumentos Financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

Notas Explicativas

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Exceto para as alterações divulgadas abaixo as informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O reflexo das mudanças nas políticas contábeis também são esperadas nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Natureza e efeito das mudanças: instrumentos financeiros – passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento e podem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado ou pelo custo amortizado. Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, a Companhia reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo (incluindo os efeitos das alterações no risco de crédito) no resultado (nota 16).

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Intangível e ativo contratual:

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (ANEEL). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Notas Explicativas

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldos bancários	23.216	54.736
Aplicações financeiras	756.295	182.283
Títulos de crédito privado (*)	756.295	182.283
Total	<u>779.511</u>	<u>237.019</u>

(*) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 756.295 (R\$ 87.874 em 31 de dezembro de 2019) e (ii) operações compromissadas em debêntures no montante (R\$ 94.409 em 31 de dezembro de 2019), ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 98,23% do CDI (79,88% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicação direta	-	100.105
Total	<u>-</u>	<u>100.105</u>

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimentos, cuja remuneração é equivalente, à média de 100% do CDI.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/06/2020	31/12/2019
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	122.572	98.394	25.643	246.609	264.525
Industrial	16.734	12.318	26.422	55.474	76.189
Comercial	33.450	11.249	6.414	51.113	74.177
Rural	1.734	1.201	217	3.152	3.652
Poder público	7.074	797	129	8.000	12.761
Iluminação pública	9.426	215	147	9.787	10.297
Serviço público	12.392	147	2.705	15.244	16.783
Faturado	203.382	124.321	61.677	389.379	458.384
Não faturado	224.125	-	-	224.125	213.103
Parcelamento de débito de consumidores	35.878	7.777	8.512	52.167	49.850
Operações realizadas na CCEE	78.262	-	-	78.262	117.115
Concessionárias e permissionárias	2.620	-	-	2.620	12.233
	<u>544.267</u>	<u>132.098</u>	<u>70.189</u>	<u>746.553</u>	<u>850.685</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(83.878)	(84.534)
Total				<u>662.676</u>	<u>766.152</u>
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	10.431	-	-	10.431	12.632
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
Total	<u>18.639</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.639</u>	<u>20.840</u>

Notas Explicativas**Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31.f.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2019	(84.534)	(2.822)	(87.356)
Provisão revertida (constituída) líquida	(47.718)	53	(47.664)
Recuperação de receita	18.926	-	18.926
Baixa de contas a receber provisionadas	29.448	-	29.448
Saldo em 30/06/2020	(83.878)	(2.768)	(86.646)

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/06/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	8.077	-
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	22.101	378
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.010	922
Imposto de renda e contribuição social a compensar	31.187	1.300
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	9.827	4.517
ICMS a compensar	16.466	16.371
Programa de integração social - PIS	586	714
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.600	3.191
Outros	50	49
Outros tributos a compensar	29.530	24.843
Total circulante	60.717	26.143
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	23.434	24.319
Outros tributos a compensar	23.434	24.319
Total não circulante	23.434	24.319

Notas Explicativas

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2019			Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)	Saldo em 30/06/2020		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	10.269	71.878	82.146	144.698	(41.433)	(1.441)	150.991	32.978	183.972
CVA (*)									
CCC			-	-	-	-			-
CDE (**)	(59.562)	26.629	(32.933)	72.125	(16.595)	(3.350)	8.878	10.369	19.247
Custos energia elétrica	38.981	(13.689)	25.291	(160.187)	9.489	33	(121.865)	(3.510)	(125.375)
ESS e EER (***)	(32.157)	(75.247)	(107.404)	(57.790)	44.691	(1.897)	(90.875)	(31.526)	(122.401)
Proinfa	-	13.999	13.999	(10.933)	(8.418)	66	(11.055)	5.768	(5.287)
Rede básica	18.951	(1.350)	17.601	318	851	326	19.629	(533)	19.097
Repasse de Itaipu	93.481	143.096	236.577	146.848	(84.871)	4.013	242.082	60.484	302.567
Transporte de Itaipu	2.510	5.152	7.662	2.484	(3.060)	124	5.052	2.158	7.210
Neutralidade dos encargos setoriais	(5.857)	(3.376)	(9.233)	20.854	2.083	(108)	14.889	(1.293)	13.596
Sobrecontratação	(46.078)	(23.336)	(69.414)	130.980	14.397	(646)	84.256	(8.939)	75.318
Outros componentes financeiros	(13.160)	(123.195)	(136.355)	(13.493)	15.506	2.948	(23.704)	(107.689)	(131.393)
Total	(2.891)	(51.317)	(54.208)	131.206	(25.927)	1.508	127.288	(74.710)	52.578
Ativo circulante			44.311						110.728
Passivo não circulante			(98.519)						(58.150)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

Notas Explicativas

(10) DÉBITOS E CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos débitos e créditos fiscais:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	555	-
Benefício fiscal do intangível incorporado	8.627	9.145
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(21.786)</u>	<u>11.110</u>
Subtotal	(12.604)	20.255
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	1.651	-
Benefício fiscal do intangível incorporado	29.608	31.385
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(60.778)</u>	<u>30.600</u>
Subtotal	(29.519)	61.985
Total	<u>(42.123)</u>	<u>82.240</u>
Total crédito fiscal	-	82.240
Total débito fiscal	(42.123)	-

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de bases negativas e prejuízos fiscais, benefício fiscal do intangível incorporado e diferenças temporariamente indedutíveis, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia.

10.2 Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro semestre de 2020 e 2019, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3%.

Notas Explicativas**10.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:**

	30/06/2020		31/12/2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.072	11.310	4.738	13.162
Entidade de previdência privada	5.108	14.189	3.983	11.064
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.798	21.662	7.862	21.839
Provisão energia livre	2.150	5.971	2.113	5.868
Programas de P&D e eficiência energética	7.024	19.510	6.474	17.982
Provisão relacionada a pessoal	641	1.779	923	2.565
Derivativos	(30.986)	(86.073)	(9.386)	(26.073)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(914)	(2.539)	(969)	(2.691)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(39.195)	(108.874)	(38.047)	(105.686)
Perdas atuariais	3.541	9.835	3.541	9.835
Marcação a Mercado - Derivativos	(2.712)	(7.534)	(2.941)	(8.171)
Marcação a Mercado - Dívidas	(1.439)	(3.997)	3.012	8.366
Outros	88	(16)	96	6
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	26.389	73.305	31.228	86.748
Marcação a Mercado - Derivativos	(449)	(1.247)	(141)	(392)
Marcação a Mercado - Dívidas	(2.901)	(8.061)	(1.376)	(3.824)
Total	(21.786)	(60.778)	11.110	30.600

10.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019:

	CSLL			
	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro antes dos tributos	75.137	278.187	80.739	186.942
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(464)	(464)	(615)	(615)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	5.006	11.957	8.040	16.895
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	379	1.445	1.214	1.883
Base de cálculo	80.058	291.125	89.378	205.105
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(7.205)	(26.201)	(8.044)	(18.459)
Provisão para riscos fiscais	(401)	(401)	-	-
Total	(7.606)	(26.602)	(8.044)	(18.459)
Corrente	(401)	(415)	(8.522)	(26.200)
Diferido	(7.205)	(26.187)	478	7.741

	IRPJ			
	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro antes dos tributos	75.137	278.187	80.739	186.942
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(464)	(464)	(615)	(615)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	5.006	11.957	8.040	16.895
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	883	2.484	(2.777)	(4.649)
Base de cálculo	80.562	292.164	85.387	198.573
Alíquota aplicável	25%	25%	25%	25%
Total	(20.140)	(73.041)	(21.347)	(49.643)
Corrente	-	(71)	(22.505)	(70.807)
Diferido	(20.140)	(72.970)	1.158	21.164

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

Notas Explicativas**(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO**

Saldo em 31/12/2019	1.414.926
Transferência - ativo contratual	53.354
Transferência - intangível em serviço	(3)
Ajuste ao valor justo	13.748
Baixas	(2.398)
Saldo em 30/06/2020	<u>1.479.627</u>

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR") é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do período.

No primeiro semestre de 2020, o valor das baixas de R\$ 2.398 (R\$ 1.554 no primeiro semestre de 2019) refere-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 997 (R\$ 1.367 no primeiro semestre de 2019) e à baixa do ativo de R\$ 1.401 (R\$ 187 no primeiro semestre de 2019).

(12) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Adiantamentos - Fundação CESP	277	2.036	678	678
Adiantamentos - fornecedores	491	869	-	-
Ordens em curso	27.467	22.933	-	-
Serviços prestados a terceiros	2.106	1.931	-	-
Despesas antecipadas	12.490	11.378	431	770
Contas a receber - CDE	17.160	31.235	-	-
Adiantamentos a funcionários	5.981	3.717	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	8.470	6.501	-	-
Faturas diversas	2.688	2.169	-	-
Outros	13.667	12.897	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(2.768)	(2.822)	-	-
Total	<u>88.030</u>	<u>92.844</u>	<u>1.109</u>	<u>1.448</u>

Contas a receber – CDE: refere-se às (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 3.821 (R\$ 2.461 em 31 de dezembro de 2019) e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 13.339 (R\$ 28.774 em 31 de dezembro de 2019).

(13) ATIVO CONTRATUAL

A movimentação abaixo refere-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Saldo em 31/12/2019	108.202
Adições	99.616
Transferência - intangível em serviço	(39.325)
Transferência - ativo financeiro	(53.354)
Saldo em 30/06/2020	<u>115.139</u>

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada

Notas Explicativas

pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(14) INTANGÍVEL

A movimentação abaixo refere-se ao Intangível de Direito de concessão, infraestrutura de distribuição em serviço:

Saldo em 31/12/2019	810.187
Custo histórico	2.205.722
Amortização acumulada	(1.395.535)
Amortização	(58.203)
Transferência - ativo contratual	39.325
Baixa e transferência - outros ativos	(2.817)

Saldo em 30/06/2020	788.495
Custo histórico	2.226.738
Amortização acumulada	(1.438.243)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(15) FORNECEDORES

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Encargos de serviço do sistema	702	396
Suprimento de energia elétrica	355.748	405.920
Encargos de uso da rede elétrica	47.907	45.686
Materiais e serviços	40.142	63.685
Energia livre	44.550	43.782
Total	<u>489.050</u>	<u>559.469</u>

Notas Explicativas

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 30/06/2020
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	41.978	-	(7.529)	782	-	(795)	34.436
Pós Fixado							
TJLP	28.769	-	(6.373)	932	-	(954)	22.375
IPCA	236.899	127.000	(7.296)	8.913	-	(5.456)	360.062
Selic	22.127	-	(4.960)	605	-	(256)	17.517
Total ao custo	329.774	127.000	(26.158)	11.232	-	(7.461)	434.390
Gastos com captação (*)	(5.659)	(2.142)	-	390	-	-	(7.411)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	511.890	-	(204.312)	7.655	139.955	(8.116)	447.073
Euro	106.083	419.760	-	1.566	168.169	(1.455)	694.123
Marcação a mercado	(4.143)	-	-	(55.723)	-	-	(59.866)
Total ao valor justo	613.830	419.760	(204.312)	(46.502)	308.124	(9.571)	1.081.330
Total	937.945	544.618	(230.470)	(34.880)	308.124	(17.032)	1.508.309
Circulante	334.332						654.219
Não Circulante	603.613						854.090

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	30/06/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
Pré fixado					
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 6% (a)	34.436	41.978	2013 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		34.436	41.978		
Pós fixado					
TJLP					
FINEM	TJLP + de 2,06% a 3,08% (b)	22.375	28.769	2014 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		22.375	28.769		
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,80% (b)	360.062	236.899	2020 a 2028	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
		360.062	236.899		
SELIC					
FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66% (c)	17.517	22.127	2016 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		17.517	22.127		
Total ao custo		434.390	329.774		
Gastos com captação (*)		(7.411)	(5.659)		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,95% a 1,41%	145.295	288.374	2019 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 1,96% a 3,27%	301.778	223.516	2020 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		447.073	511.890		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,70% a 0,78%	694.123	106.083	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado					
		(59.866)	(4.143)		
Total ao valor justo		1.081.330	613.830		
Total		1.508.309	937.945		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

(c) De 100% a 130% do CDI

Notas Explicativas

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classifica suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, para as captações realizadas anteriormente a 1º de janeiro de 2020, que é registrado em outros resultados abrangentes. Para as captações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2020, toda a variação do valor justo destes passivos financeiros está registrada no resultado do período, uma vez que, ao fazê-lo elimina-se ou reduz o descasamento contábil no resultado.

Em 30 de junho de 2020, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 59.866 (ganhos não realizados de R\$ 4.143 em 31 de dezembro 2019), que compensado com as perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 3.981 (ganhos não realizados de R\$ 906 em 31 de dezembro de 2019), contratados para proteção da variação cambial (nota 31.b), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 55.885 (ganho não realizado de R\$ 5.049 em 31 de dezembro de 2019).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/07/2021	29.984
2022	44.322
2023	35.822
2024	36.701
2025	586.108
2026 a 2028	178.949
Subtotal	911.886
Marcação a mercado	(57.797)
Total	854.090

Adições no período:

Modalidade	Total aprovado	em 2020	Líquido dos gastos de captação	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
Moeda nacional									
IPCA - BNDES	126.086	37.723	37.083	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	-
IPCA - BNDES	298.402	89.277	87.776	Trimestral	Parcela única em junho de 2028	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%	-
Moeda Estrangeira									
Euro - Lei 4131	419.760	419.760	419.760	Trimestral	Parcela única em março de 2025	Capital de Giro	EURO + 0,70%	USD + 2,17%	CDI + 0,83%
	<u>844.248</u>	<u>546.760</u>	<u>544.618</u>						

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2020, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Notas Explicativas**Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia**

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75 vezes;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25 vezes;
- Dívida Líquida dividida pelo LAJIDA menor ou igual a 3,75 vezes.

Índices exigidos na demonstração financeira da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo LAJIDA Ajustado menor ou igual a 3,75 vezes;
- Dívida Líquida dividida pela Dívida Líquida mais Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,9 vezes.

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de junho de 2020, no entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/06/2020
Mensuradas ao custo - Pós fixado					
CDI	548.025	(39.415)	9.896	(13.689)	504.817
IPCA	67.256	-	2.105	(1.778)	67.583
Total ao custo	615.281	(39.415)	12.001	(15.467)	572.400
Gastos com captação (*)	(5.821)	-	700	-	(5.121)
Mensuradas ao valor justo - Pós fixado					
IPCA	210.401	-	7.051	(6.081)	211.371
Marcação a mercado	22.313	-	(10.674)	-	11.639
Total ao valor justo	232.714	-	(3.623)	(6.081)	223.010
Total	842.174	(39.415)	9.078	(21.548)	790.289
Circulante	53.281				171.780
Não circulante	788.893				618.509

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Notas Explicativas

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		30/06/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Pós fixado						
CDI	107% a 109,5 % do CDI CDI + 0,83%	(a)	504.817	548.025	2018 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 5,2901%	(b)	67.583	67.256	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Total ao custo			572.400	615.281		
	Gastos com captação (*)		(5.121)	(5.821)		
Mensuradas ao valor justo - Pós fixado						
IPCA	IPCA + 5,80%	(b)	211.371	210.401	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado			11.639	22.313		
Total ao valor justo			223.010	232.714		
Total			790.289	842.174		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31

Taxa efetiva a.a:

(a) De 107,84% a 110,77% do CDI / CDI + 0,89%

(b) IPCA +5,42 a 6,31%

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes.

Em 30 de junho de 2020 as perdas acumuladas não realizadas obtidas na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 11.639 (perdas não realizadas de R\$ 22.313 em 31 de dezembro de 2019), que somados aos ganhos obtidos não realizados com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 39.106 (ganhos não realizados de R\$ 33.347 em 31 de dezembro de 2019), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 27.467 (ganho não realizado de R\$ 11.034 em 31 de dezembro de 2019).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	
2022	120.526
2023	139.795
2024	243.469
2025	103.080
Subtotal	606.870
Marcação a mercado	11.639
Total	618.509

Condições restritivas:

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora, a controladora CPFL Energia, a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos.

Notas Explicativas

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de junho de 2020, no entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 18 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

18.1 Movimentações do plano de benefício definido:

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2019	420.039
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	17.709
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(19.176)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(175.080)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	72.672
Passivo atuarial líquido em 30/06/2020	316.164
Outras contribuições	589
Total passivo	316.753
Circulante	30.377
Não circulante	286.376

Em março de 2020, em função de mudança de cenário macroeconômico no Brasil quando comparado com 31 de dezembro de 2019, especialmente relacionada aos impactos do isolamento social devido ao novo coronavírus (nota 1.2), o laudo atuarial foi atualizado para a data-base de 31 de março de 2020 e os respectivos saldos de passivo e outros resultados abrangentes foram ajustados refletindo em uma redução no montante de R\$ 102.408.

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	1º Semestre 2020	1º Semestre 2019
Custo do serviço	4.044	2.724
Juros sobre obrigações atuariais	64.954	62.530
Rendimento esperado dos ativos do plano	(51.289)	(53.898)
Total da despesa (receita)	17.709	11.356

Como decorrência da mudança do cenário macroeconômico, a estimativa de efeito para o resultado de 2020 também foi alterado (nota 1.2). A nova estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no restante do exercício de 2020, está apresentada a seguir:

	Estimativa
Custo do serviço	3.521
Juros sobre obrigações atuariais	65.894
Rendimento esperado dos ativos do plano	(53.385)
Total da despesa (receita)	16.029

Notas Explicativas**18.2 Premissas atuariais:**

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, nas datas do balanço, foram:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	8,47% a.a.	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	8,47% a.a.	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,39% a.a.	6,39% a.a.	6,39% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT2000(-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(19) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	365	365
Bandeiras tarifárias e outros	3	35.913
Total	<u>369</u>	<u>36.278</u>

Bandeiras tarifárias e outros: o saldo de 31/12/2019 refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em novembro e dezembro de 2019 que foram homologadas pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT") no primeiro trimestre de 2020.

Notas Explicativas**(20) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Circulante</u>		
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	1.567
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	1.567
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	90.254	112.216
Programa de integração social - PIS	16.367	4.321
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	75.706	19.993
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	6.221
Outros	6.795	5.906
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	189.122	148.657
Total Circulante	189.122	150.224
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	157.496	156.198
Imposto de renda e contribuição social a recolher	157.496	156.198
Total Não circulante	157.496	156.198

Programa de integração social – PIS e Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS: a Companhia aderiu a prorrogação de vencimento do PIS e da COFINS, para as competências março, abril e maio de 2020, conforme Portarias do Governo Federal nº 139 e 254 de 2020, que deverão ser recolhidos no 2º semestre.

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, em função da aplicação inicial do ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro em 2019, refere-se à reclassificação de provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro para Imposto de renda a recolher. O caso em questão refere-se a Mandado de Segurança que discutia a possibilidade de exclusão da CSLL da sua própria base de cálculo, bem como, da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento.

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

Notas Explicativas**(21) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	30/06/2020		31/12/2019	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	26.017	11.280	31.846	10.256
Cíveis	15.146	12.823	16.800	12.777
Fiscais				
Imposto de renda e contribuição social	-	169.604	-	168.173
Outras	3.155	7.670	2.720	8.727
	<u>3.155</u>	<u>177.274</u>	<u>2.720</u>	<u>176.900</u>
Outros	3.289	-	3.233	-
Total	<u><u>47.607</u></u>	<u><u>201.378</u></u>	<u><u>54.598</u></u>	<u><u>199.932</u></u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2020
Trabalhistas	31.846	2.852	(3.229)	(6.723)	1.271	26.017
Cíveis	16.800	5.211	(1.148)	(6.890)	1.174	15.146
Fiscais	2.720	512	(159)	-	82	3.155
Outros	3.233	-	-	-	56	3.289
Total	<u><u>54.598</u></u>	<u><u>8.576</u></u>	<u><u>(4.537)</u></u>	<u><u>(13.613)</u></u>	<u><u>2.583</u></u>	<u><u>47.607</u></u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 21 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estavam assim representadas:

	30/06/2020	31/12/2019	Principais causas:
Trabalhistas	69.188	72.940	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	313.290	182.053	Ações indenizatórias, danos elétricos, revisão de contratos e ações possessórias
Fiscais	310.158	311.528	Imposto de renda e contribuição social (nota 20)
Fiscais - outros	257.512	197.152	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	3.227	452	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	<u><u>953.374</u></u>	<u><u>764.124</u></u>	

Notas Explicativas

Em relação às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. Considerando a possibilidade de decisões conflitantes, e que é competência da Suprema Corte a decisão sobre matéria constitucional, o STF deferiu a suspensão dos processos que versem sobre a divergência no âmbito da Justiça do Trabalho. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Consumidores e concessionárias	24.635	18.615	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	56.026	49.920	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	37.102	18.363	4.828	20.639
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	11.004	8.833	-	-
Fundo de reversão	1.527	1.527	8.643	9.406
Adiantamentos	2.085	1.875	64	49
Descontos tarifários - CDE	10.515	1.271	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	496	496	-	-
Folha de pagamento	1.777	3.298	-	-
Participação nos lucros	7.935	11.898	1.546	2.598
Convênios de arrecadação	12.888	14.098	-	-
Outros	4.592	4.233	-	-
Total	170.581	134.427	15.080	32.692

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00
Total	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00

23.1 - Aumento de Capital

Na AGE de 15 de junho de 2020 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 4.588, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado no exercício de 2019 sem emissão de novas ações.

23.2 - Distribuição de Dividendo e Juros Sobre Capital Próprio ("JCP")

Na AGO de 15 de junho de 2020 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2019, através de (i)

Notas Explicativas

juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 41.475 declarado em dezembro de 2019, (ii) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 32.172, e (iii) declaração do dividendo adicional proposto no montante de R\$ 196.057.

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos na nota 23 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

(24) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados.

	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Numerador				
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	47.390	178.545	51.348	118.839
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	53.096.770	53.096.770	53.096.770	53.096.770
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	0,89	3,36	0,97	2,24

Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	631.115	1.333.965	722.991	1.563.847
Industrial	98.153	222.310	164.888	328.096
Comercial	211.521	496.460	306.654	643.646
Rural	11.778	24.156	12.303	25.616
Poderes públicos	23.278	53.767	36.927	73.418
Iluminação pública	27.654	55.667	33.348	64.822
Serviço público	27.447	55.404	43.032	87.494
Fornecimento faturado	1.030.946	2.241.728	1.320.143	2.786.938
Fornecimento não faturado (líquido)	(3.606)	15.866	(6.671)	7.587
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(476.950)	(1.023.461)	(492.059)	(1.044.838)
Fornecimento de energia elétrica	550.390	1.234.133	821.414	1.749.688
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	12.521	24.719	62.726	159.192
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(3.461)	(7.167)	(2.577)	(5.458)
Energia elétrica de curto prazo	64.781	184.432	27.335	111.507
Suprimento de energia elétrica	73.841	201.984	87.484	265.241
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	480.410	1.030.628	494.636	1.050.297
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	206.943	439.466	198.375	385.660
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(909)	(3.162)	(1.141)	(4.754)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	51.081	107.478	69.515	141.559
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)	127.603	105.279	(34.795)	(224.353)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)	(9.604)	12.751	17.414	27.206
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares	38.744	72.106	32.792	71.362
Outras receitas e rendas	18.527	39.464	16.485	32.632
Outras receitas operacionais	912.795	1.804.010	793.281	1.479.609
Total da receita operacional bruta	1.537.028	3.240.128	1.702.178	3.494.537
Deduções da receita operacional				
ICMS	(232.050)	(504.208)	(286.137)	(609.572)
PIS	(24.527)	(50.770)	(26.670)	(54.826)
COFINS	(112.975)	(233.849)	(122.844)	(252.531)
ISS	(24)	(50)	(25)	(51)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(177.995)	(373.894)	(221.114)	(431.221)
Programa de P & D e eficiência energética	(9.262)	(19.431)	(9.316)	(19.554)
PROINFA	(12.352)	(25.880)	(11.044)	(21.594)
Bandeiras tarifárias e outros	29	30.305	(6.585)	11.955
Outros	(1.096)	(2.192)	(1.081)	(2.162)
	(570.253)	(1.179.969)	(684.817)	(1.379.556)
Receita operacional líquida	966.775	2.060.159	1.017.361	2.114.980
Receita de operações com energia elétrica - em GWh				
Classe de consumidores				
Residencial	979	2.039	967	2.101
Industrial	169	387	255	514
Comercial	349	824	446	953
Rural	28	57	27	56
Poderes públicos	40	93	56	114
Iluminação pública	79	158	83	164
Serviço público	55	111	83	170
Fornecimento faturado	1.699	3.669	1.916	4.071
Consumo próprio	1	3	1	3
Fornecimento de energia elétrica	1.700	3.672	1.917	4.075
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	35	68	418	702
Energia elétrica de curto prazo	890	1.517	252	564
Suprimento de energia elétrica	925	1.585	670	1.266

Nº de consumidores	30/06/2020	30/06/2019
Classe de consumidores		
Residencial	1.693.149	1.664.715
Industrial	6.148	6.267
Comercial	82.497	82.617
Rural	7.267	7.320
Poderes públicos	8.221	8.245
Iluminação pública	2.339	2.256
Serviço público	1.267	1.231
Consumo Próprio	151	155
Total	1.801.039	1.772.806

Notas Explicativas

25.1 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em 23 de outubro de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.627, relativo ao 5º ciclo de RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2019, em +1,88%, sendo -5,40% referentes ao reajuste tarifário econômico e +7,28% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -7,80% (conforme divulgado na REH), quando comparado às tarifas de aplicação definidas no RTA ocorrido em outubro de 2018. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2019 a 22 de outubro de 2020.

Em 16 de outubro de 2018, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 2018 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 20,01%, sendo 8,83% relativos ao reajuste econômico e 11,18% referentes aos componentes financeiros, em relação às tarifas de base econômica definidas no último evento tarifário ordinário (RTA/2017). O efeito médio percebido pelos consumidores é de 19,25% (conforme divulgado na REH), quando comparado às tarifas de aplicação definidas no RTA ocorrido em outubro de 2017.

25.2 Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE.

No primeiro semestre de 2020, foi registrada receita de R\$ 72.106 (R\$ 71.362 no primeiro semestre de 2019), sendo (i) R\$ 14.135 (R\$ 3.862 no primeiro semestre de 2019) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 54.244 (R\$ 65.960 no primeiro semestre de 2019) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 3.727 (R\$ 1.455 no primeiro semestre de 2019) de subvenção CCRBT, e (iv) R\$ 0 (R\$ 85 no primeiro semestre de 2019) de desconto tarifário - liminares.

25.3 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.664, de 17 de dezembro de 2019, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE Uso vigentes para o ano de 2020.

(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	191.185	361.963	130.595	254.736
PROINFA	12.841	24.386	19.749	40.042
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	471.602	978.543	479.782	1.069.150
Crédito de PIS e COFINS	(60.895)	(122.170)	(47.088)	(111.851)
Subtotal	614.732	1.242.722	583.039	1.252.078
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	83.203	177.235	81.244	165.557
Encargos de transporte de Itaipu	13.764	26.854	13.189	25.733
Encargos de conexão	6.962	13.926	6.547	13.082
Encargos de uso do sistema de distribuição	3.533	7.847	4.373	8.466
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	(39.336)	(36.195)	3.196	(3.679)
Encargos de energia de reserva - EER	20.772	20.772	16.890	16.890
Crédito de PIS e COFINS	(8.223)	(19.464)	(11.603)	(20.910)
Subtotal	80.676	190.976	113.837	205.139
Total	695.408	1.433.697	696.875	1.457.217

(*) Conta de energia de reserva

	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Energia comprada para revenda - GWh				
Energia de Itaipu Binacional	509	1.020	517	1.030
PROINFA	45	89	46	90
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	2.378	4.850	2.356	4.955
Total	2.932	5.958	2.919	6.075

Notas Explicativas

(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Trimestre											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Pessoal	24.836	26.684	-	-	5.129	5.983	8.390	8.028	-	-	38.355	40.695
Entidade de previdência privada	8.015	5.678	-	-	-	-	-	-	-	-	8.015	5.678
Material	4.952	5.856	44	47	73	133	322	310	-	-	5.391	6.346
Serviços de terceiros	10.429	14.959	63	54	10.791	11.835	10.873	11.561	-	-	32.156	38.409
Custos com construção da infraestrutura	-	-	51.081	69.515	-	-	-	-	-	-	51.081	69.515
Outros	79	120	(1)	(1)	3.706	4.053	7.077	8.230	3.278	7.434	14.139	19.836
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	3.642	3.969	-	-	-	-	3.642	3.969
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	917	1.267	-	-	917	1.267
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	537	483	-	-	537	483
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	3.679	4.481	-	-	3.679	4.481
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	582	133	-	-	582	133
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	2.898	7.147	2.898	7.147
Outros	79	120	(1)	(1)	64	84	1.362	1.866	380	287	1.884	2.356
Total	48.311	53.296	51.186	69.614	19.699	22.004	26.663	28.128	3.278	7.434	149.137	180.476

	1º Semestre											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Pessoal	48.940	50.057	-	-	9.908	11.265	16.511	13.816	-	-	75.359	75.138
Entidade de previdência privada	17.709	11.356	-	-	-	-	-	-	-	-	17.709	11.356
Material	10.240	12.081	103	95	155	279	727	298	-	-	11.225	12.753
Serviços de terceiros	23.856	28.323	167	126	22.543	23.764	21.250	23.793	-	-	67.816	76.006
Custos com construção da infraestrutura	-	-	107.478	141.559	-	-	-	-	-	-	107.478	141.559
Outros	155	(42)	(1)	(2)	7.737	8.235	13.329	15.661	7.274	12.876	28.494	36.728
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	7.602	8.055	-	-	-	-	7.602	8.055
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	1.886	2.539	-	-	1.886	2.539
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	968	983	-	-	968	983
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	6.947	8.321	-	-	6.947	8.321
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	724	265	-	-	724	265
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	6.524	12.285	6.524	12.285
Outros	155	(42)	(1)	(2)	135	180	2.804	3.553	750	591	3.843	4.280
Total	100.899	101.775	107.748	141.777	40.342	43.542	51.816	53.569	7.274	12.876	308.079	353.539

Notas Explicativas**(28) RESULTADO FINANCEIRO**

	2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	4.752	7.036	2.605	5.426
Acréscimos e multas moratórias	11.638	24.706	13.854	28.046
Atualização de créditos fiscais	79	1.584	-	-
Atualização de depósitos judiciais	797	1.856	1.847	3.707
Atualizações monetárias e cambiais	(1.411)	53.176	4.284	5.352
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	661	1.467	414	2.844
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	1.508	1.508	1.612	6.690
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.113)	(2.337)	(1.505)	(3.079)
Outros	1.330	2.384	1.215	2.639
Total	18.242	91.380	24.325	51.626
Despesas				
Encargos de dívidas	(18.051)	(37.230)	(25.904)	(53.676)
Atualizações monetárias e cambiais	1.571	(3.451)	(10.321)	(19.591)
(-) Juros capitalizados	587	1.122	604	1.876
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	141	-	-	-
Outros	(2.422)	(5.201)	(1.352)	(2.831)
Total	(18.175)	(44.760)	(36.974)	(74.223)
Resultado financeiro	67	46.620	(12.649)	(22.597)

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 309.356 no primeiro semestre de 2020 (R\$ 21.196 no primeiro semestre de 2019) (nota 31.b).

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 29 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro semestre de 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 3.036 (R\$ 2.444 no primeiro semestre de 2019). Este valor é composto por R\$ 2.932 (R\$ 2.330 no primeiro semestre de 2019) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 104 (R\$ 114 no primeiro semestre de 2019) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia:

Empresas	Passivo		Despesa/custo	
	30/06/2020	31/12/2019	1º Semestre de 2020	1º Semestre de 2019
Encargos - Rede básica				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	618	22.697	15.395

Notas Explicativas

Transações envolvendo entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	1º Semestre 2020	1º Semestre 2019	1º Semestre 2020	1º Semestre 2019
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	13	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	1.155	1.129	939	931	-	-	(959)	(1.266)
Companhia Jaguarí de Energia	428	424	108	69	-	-	(1.983)	(1.927)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.443	1.406	99	135	-	-	(8.108)	(7.821)
CPFL Geração de Energia S.A.	-	3	19	1	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	52	52	-	-	-	-	(298)	(264)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	(11)	(19)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	21	-	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	22	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	1	11	-	-	-	-	(0)	(1)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	4	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	487	496
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	76	69	-	7
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	2	3	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	263.483	67.426	-	-	-	-
Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	136	-	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	167	-	145	-	-	-	-
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	1	1	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (*)	798	3.745	5.086	6.624	-	-	11.419	12.537
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	637	757	-	-	3.850	4.622
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda.	-	-	289	287	-	-	1.728	4.955
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	1	-	-	-	26	2	-	-
CPFL Telecom S.A.	2	2	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	1	3	-	-	-	-	486	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	143	-	-	-	5.020
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	165	154	-	-	1.040	-
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	154	149	-	-	916	-
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	-	165	194	-	-	980	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	1.718	-	-	11	18.132	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	18	18	647	2.880	-	-	7.748	8.370
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	6.237	6.432	-	-	37.773	36.332
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	3	3	-	-	19	19
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	2.491	2.784	-	-	11.534	21.131
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	104	102	-	-	526	426
Campos Novos Energia S.A.	-	-	22.110	22.110	-	-	65.969	64.039
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	5.238	5.413	-	-	31.781	30.577
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	13.034	13.451	-	-	77.917	74.422
CPFL Renováveis - Consolidado	72	72	1.645	1.625	-	-	9.412	7.736
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	16	17
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	20	14
CPFL Eficiência Energética S.A.	1	1	-	-	-	-	-	-
Outras operações financeiras								
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	(2)	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	724	265

(*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 20.373 no primeiro semestre de 2020 (R\$ 29.013 no primeiro semestre de 2019), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(30) GESTÃO DE RISCOS

As informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	30/06/2020	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	779.511	779.511
Derivativos	31	(a)	Nível 2	379.417	379.417
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	1.479.627	1.479.627
Total				2.638.555	2.638.555
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	426.979	426.979
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	1.081.330	1.081.330
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	567.279	550.952
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	223.010	223.010
Total				2.298.598	2.282.271

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um efeito no resultado e resultado abrangente no 1º Semestre de 2020 de ganho de R\$ 66.397 (perda de R\$ 28.034 no 1º semestre de 2019).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias a pagar, (iv) FNDCT/EPE/PROCEL, (v) convênios de arrecadação, (vi) fundo de reversão, (vii) descontos tarifários – CDE, e (viii) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no primeiro semestre de 2020 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no primeiro semestre de 2020 de R\$ 13.748 (R\$ 28.573 no primeiro semestre de 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11.

Notas Explicativas

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de junho de 2020 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	165.519	165.519	158.682	6.837	US\$ + (Libor 3 meses + 0,95%) ou (1,96% a 3,28%)	103,20% a 116% do CDI	jan/19 a mar/25	287.450
Empréstimos bancários - Lei 4.131	163.022	163.022	173.840	(10.818)	Euro + de 0,70% a 0,78%	105,1% do CDI ou CDI + 0,83%	mai/21 a mar/25	519.760
	<u>328.541</u>	<u>328.541</u>	<u>332.522</u>	<u>(3.981)</u>				
Hedge variação índice de preços								
Debêntures	50.877	50.877	11.771	39.106	IPCA + 5,80%	104,3% do CDI	ago/24 a ago/25	197.000
Total	<u>379.417</u>	<u>379.417</u>	<u>344.293</u>	<u>35.125</u>				
Circulante	209.204							
Não circulante	170.213							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Saldo em	Atualização	Liquidação	Saldo em
	31/12/2019	monetária e cambial e marcação a mercado		30/06/2020
Para dívidas designadas a valor justo	104.293	311.901	(71.901)	344.293
Marcação a mercado (*)	34.253	872	-	35.125
Total	<u>138.545</u>	<u>312.773</u>	<u>(71.901)</u>	<u>379.417</u>

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2020 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Notas Explicativas

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado				Ganho (Perda) no resultado abrangente			
	2020		2019		2020		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Variação de taxas de juros	197	3.413	2.018	3.780	-	-	-	-
Marcação a mercado	12.679	2.334	9.999	14.219	778	3.425	327	587
Variação cambial	75.665	308.488	(16.459)	(11.252)	-	-	-	-
Marcação a mercado	(3.597)	(4.879)	10.961	14.449	-	(8)	-	-
Total	84.943	309.356	6.518	21.196	778	3.417	327	587

c) Ativos financeiros da concessão

Em função da Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de junho de 2020 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(447.106)		(5.617)	107.563	220.744
Derivativos - swap plain vanilla	454.894		5.715	(109.437)	(224.589)
	7.788	baixa dolar	98	(1.874)	(3.845)
Instrumentos financeiros passivos	(634.224)		(13.274)	148.600	310.475
Derivativos - swap plain vanilla	698.343		14.616	(163.624)	(341.863)
	64.119	baixa euro	1.342	(15.024)	(31.388)
Total	71.907		1.440	(16.898)	(35.233)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			121	(1.895)	(3.911)
Efeitos no resultado do período			1.319	(15.003)	(31.322)

(a) A taxa de cambio considerada em 30.06.2020 foi de R\$ 5,48 para o dólar e R\$ 6,15 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,54 e R\$ 6,28 e a depreciação cambial de 1,26% e 2,09%, do dólar e do euro respectivamente em 30.06.2020.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro

Notas Explicativas

e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de junho de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	756.295				18.529	23.162	27.794
Instrumentos financeiros passivos	(504.817)				(12.368)	(15.460)	(18.552)
Derivativos - swap plain vanilla	(1.021.126)				(25.018)	(31.272)	(37.526)
	(769.648)	alta CDI	4,59%	2,45%	(18.857)	(23.570)	(28.284)
Instrumentos financeiros passivos	(22.375)				(1.099)	(1.373)	(1.648)
	(22.375)	alta TJLP	5,39%	4,91%	(1.099)	(1.373)	(1.648)
Instrumentos financeiros passivos	(650.655)				(18.739)	(14.054)	(9.369)
Derivativos - swap plain vanilla	247.306				7.122	5.342	3.561
Ativo financeiro da concessão	1.479.627				42.613	31.960	21.307
	1.076.278	baixa IPCA	2,14%	2,88%	30.996	23.248	15.499
Ativos e passivos financeiros setoriais	52.578				1.288	966	644
Instrumentos financeiros passivos	(17.517)				(429)	(322)	(215)
	35.061	baixa SELIC	4,59%	2,45%	859	644	429
Total	319.316				11.899	(1.051)	(14.004)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					822	678	533
Efeitos no resultado do período					11.077	(1.729)	(14.537)

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 1.374.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos meses. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora efetuado o cálculo considerando os saldos vencidos conforme o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios (*aging*), divididos pela receita e descontados do fator de eficiência de corte de energia. Os parâmetros regulatórios são classificados como segue:

Notas Explicativas

Classe de consumo	Aging
Residencial	90
Comercial e outras receitas	180
Industrial, rural, poder público em geral	360

Após apuração do valor conforme o critério regulatório acima apresentado, o mesmo foi dividido pela receita total faturada da competência relacionada ao *aging* de cada classe de consumo e então deduzido o percentual de eficiência médio dos cortes de energia. O percentual de eficiência foi calculado baseando-se em dados históricos da Companhia, e mostra que há um ganho de eficiência no recebimento dos valores em atraso quando existe a possibilidade de corte de energia, o que, por determinações regulatórias, foram proibidos até 31 de julho de 2020. Dessa forma, a Companhia entende que o efeito de tal proibição dos cortes é temporal e que tende a normalização no momento em que puderem ser aplicados novamente. Assim, a metodologia atual pode ser entendida como:

$$\% \text{ PDD Contabilizada} = \left(\frac{\text{PDD Regulatória}}{\text{Receita Faturada}} \right) \times (1 - \text{Eficiência do Corte \%})$$

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Importante mencionar que a Companhia permanece acompanhando os desdobramentos da atual crise em seus resultados, buscando avaliar a metodologia que reflita tempestivamente a perda esperada.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o primeiro semestre de 2020 e exercício de 2019 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 31). A Administração não identificou para o primeiro semestre de 2020 e exercício de 2019 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

Notas Explicativas

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No primeiro semestre de 2020, a Companhia possuiu um valor de R\$ 1.122 (R\$ 1.876 em 2019) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

(33) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1 Empréstimos e financiamentos – pré-pagamentos

A partir de 1º de julho de 2020 e até o momento da aprovação destas informações contábeis intermediárias, foram liquidados antecipadamente R\$ 71.596 de empréstimos, conforme quadro a seguir.

Modalidade	Encargos financeiros anuais	30/06/2020	Vencimento
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional			
Pré fixado			
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 6%	33.488	2021 a 2024
Selic			
FINEM	SELIC + 2,62% e 2,66%	16.812	2022
Pós fixado - TJLP			
FINEM	TJLP + de 2,12% a 2,66%	21.296	2022
		<u>71.596</u>	

33.2 Conta COVID

Em 24 de julho de 2020, através do Despacho nº 2.177, a ANEEL fixou os valores da Conta COVID a serem repassados para as concessionárias e permissionárias distribuidoras de energia elétrica, relativo às competências de abril, maio e junho de 2020. O montante fixado para a Companhia foi de R\$249.064, em conformidade com o valor declarado anteriormente à ANEEL, e foi recebido integralmente no dia 31 de julho de 2020.

O montante recebido representa a totalidade do valor declarado pela Companhia referente a Conta COVID.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações

trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da

Companhia Piratininga de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Piratininga de Força e Luz (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-027612/F

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2020;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2020.

Campinas, 10 de agosto de 2020.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Chief Executive Officer

CPF: 081.496.848-16

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Chief Financial and Investor Relations Officer

CPF: 061.539.517-16

Sergio Luis Felice

Diretor de Contabilidade

Chief Accounting Officer

CT CRC: 1SP192.767/O-6

CPF: 119.410.838-54

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2020;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2020.

Campinas, 10 de agosto de 2020.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Chief Executive Officer

CPF: 081.496.848-16

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Chief Financial and Investor Relations Officer

CPF: 061.539.517-16

Sergio Luis Felice

Diretor de Contabilidade

Chief Accounting Officer

CT CRC: 1SP192.767/O-6

CPF: 119.410.838-54